

Contributos para uma agenda de investigação sobre a filantropia na regulação da educação

Contributions to a research agenda on philanthropy in education governance

Contribuciones a una agenda de investigación sobre filantropía en la gobernanza educativa

Sofia Viseu¹

RESUMO

Este artigo visa apresentar contributos para uma agenda de investigação sobre a filantropia na educação, considerando a reduzida presença artigos em língua portuguesa em bases de indexação de periódicos científicos versando sobre o tópico. O interesse desta agenda de investigação decorre da consolidação e intensificação da intervenção de fundações filantrópicas em educação em nível global, assim como pelas alterações nos seus modos tradicionais de atuação e intervenção. Neste cenário, e partindo do conhecimento já disponível sobre o tópico, o artigo argumenta que o estudo da filantropia na educação é um bom analisador das alterações dos modos de regulação da educação. Essas alterações incluem a ampliação da participação de atores não estatais nas políticas educativas que, recorrendo ao conhecimento como fonte de influência, introduzem e legitimam novos discursos sobre o governo da educação.

Palavras-chave: Filantropia na Educação. Nova Filantropia. Regulação da Educação.

ABSTRACT

This article presents contributions to a research agenda on philanthropy in education, considering the reduced presence of articles in Portuguese in indexing databases of scientific journals dealing with the topic. The interest of this research agenda stems from the consolidation and intensification of the intervention of philanthropic foundations in education at a global level, as well as the changes in their traditional modes of action and intervention. In this scenario, and based on the knowledge already available on the topic, the article argues that the study of philanthropy in education is a good analyser of changes in the modes of regulation of education. These alterations include the expansion of the participation of non-state actors in educational policies that, using knowledge as a source of influence, introduce and legitimize new discourses on education governance.

Keywords: Philanthropy in Education. New Philanthropy. Education Governance.

¹UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal. E-mail: sviseu@ie.ulisboa.pt  <https://orcid.org/0000-0002-0059-9717>

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar contribuciones a una agenda de investigación sobre filantropía en educación, considerando la reducida presencia de artículos en portugués en las bases de datos de indexación de revistas científicas que tratan el tema. El interés de esta agenda de investigación se deriva de la consolidación e intensificación de la intervención de las fundaciones filantrópicas en la educación a nivel global, así como de los cambios en sus modos tradicionales de acción e intervención. En este escenario, y con base en los conocimientos ya disponibles sobre el tema, el artículo argumenta que el estudio de la filantropía en educación es un buen analizador de cambios en los modos de regulación de la educación. Estos cambios incluyen ampliar la participación de actores no estatales en las políticas educativas que, utilizando el conocimiento como fuente de influencia, introducen y legitiman nuevos discursos sobre el gobierno de la educación.

Palabras clave: Filantropía en la Educación. Nueva Filantropía. Gobernanza Educativa.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar contributos para uma agenda de investigação sobre a filantropia na regulação da educação e justifica-se atendendo a dois fenómenos.

Em primeiro lugar, pela escassez editorial de artigos em língua portuguesa em bases de indexação de periódicos científicos versando sobre o tópico. De facto, nos últimos dez anos (e até abril de 2023), foram publicados apenas 12 artigos em língua portuguesa em revistas indexadas nas bases Scopus e Web of Science sobre a filantropia e a educação. É certo que, do universo de 1.381 revistas indexadas em educação na Scopus em 2022, somente 35 publicam da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o que é um sinal da sua sub-representação nas bases de dados referência (ver, por exemplo, Martins e Macedo, 2019). Ainda assim, é preciso notar que dispomos de outras publicações não indexadas (por exemplo, teses de mestrado ou doutorado) ou publicações indexadas em bases científicas de referência, mas que estão disponíveis noutras línguas, nomeadamente em língua inglesa.

Em segundo lugar, o conhecimento já disponível vem sinalizando a emergência, consolidação e intensificação da intervenção de fundações filantrópicas em educação à escala mundial, incluindo a CPLP. Por isso, é importante aprofundar um diálogo mais profícuo entre a nossa comunidade, especialmente atendendo ao facto de este tópico se ter tornado um tema incontornável na agenda científica global da última década.

Visando a esse propósito, e partindo do conhecimento disponível acima sinalizado, na primeira seção, o artigo ressalta a filantropia em educação como fenómeno global, apontando os motivos sociais que justificam a pertinência do seu estudo. Na segunda seção, o artigo apresenta a relevância científica para o estudo da filantropia em educação, considerando as alterações dos seus modos tradicionais de atuação e intervenção para aquilo que se tem vindo a designar como nova filantropia. Na seção seguinte, defende-se que o estudo da filantropia em educação constitui um bom analisador das alterações dos modos de regulação da educação, conferindo-lhe acrescida pertinência científica. Essas alterações na regulação da educação incluem a ampliação da participação de atores não estatais e o recurso crescente ao conhecimento como fonte de influência, com a introdução de novos discursos sobre o governo da educação.

O artigo termina com duas notas reflexivas sobre o interesse em firmar uma agenda de investigação sobre a filantropia na regulação da educação, apontando pistas a atender em futuras investigações.

A FILANTROPIA EM EDUCAÇÃO COMO UM FENÔMENO GLOBAL

Nas últimas décadas temos assistido, em diferentes geografias, à proliferação e crescente visibilidade de novos atores que intervêm na educação: sejam atores políticos globais ou regionais firmemente estabelecidos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial; sejam organizações governamentais de cooperação, organizações da sociedade civil ou organizações não governamentais sem fins lucrativos; o *edu-business*; os *think tanks* e, claro, as fundações filantrópicas (ver, por exemplo, Edwards Jr. e Moschetti, 2020).

Seguindo essa tendência, dados recentes publicados pela OCDE revelam que, entre 2016 e 2019, a África Subsaariana e a América Latina — onde se concentra a maioria dos países da CPLP — foram das regiões que mais receberam financiamento filantrópico (US\$ 6,7 bilhões e US\$ 5,5 bilhões respetivamente), nomeadamente por parte de fundações sediadas noutras regiões (OCDE, 2021).

Devemos atentar que, na maioria dos países da África Subsaariana, não existem significativos incentivos fiscais para a filantropia e que, em muitos deles, a ação filantrópica se exerce informalmente por doadores diretos ou por instituições religiosas (Murisa, 2022). Contudo, sabemos da crescente presença e influência de fundações filantrópicas em África (Ball, Junemann e Santori, 2017; Silva e Oliveira, 2022; Moyo, Qobo e Ngwenya, 2023). Em Timor-Leste, historicamente, a ação filantrópica tem vindo a concretizar-se sobretudo por instituições religiosas, embora, mais recentemente, se venha concretizando investimento filantrópico na área da educação por parte de empresas estrangeiras, nomeadamente norte-americanas (Brito, 2017). No Brasil há muito que se encontra firmemente estabelecida a intervenção de fundações privadas e filantrópicas na educação (Avelar e Ball, 2019). Dados recentes dos Censos do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) mostram o crescimento recente do investimento das fundações privadas em diversos sectores sociais, incluindo a educação (Ferreti e Barros, 2019). Em Portugal a intervenção filantrópica na área da educação foi tradicionalmente associada às instituições religiosas e a elites rurais, apenas de exceções como o caso da Fundação Calouste Gulbenkian (Nóvoa e Ó, 2007). Nos últimos anos, temos assistido ao aumento das fundações privadas em Portugal e à consolidação da sua intervenção em áreas sociais, incluindo a educação (ver, por exemplo, Viseu e Carvalho, 2018).

Nesse processo de emergência e consolidação da sua atuação, as fundações filantrópicas vêm apresentando-se comprometidas com a defesa dos direitos humanos, a participação comunitária e o acesso e direito à educação, designadamente por parte de meninas e refugiados (ver, por exemplo Zakharia e Menashy, 2018). Mais recentemente, é possível registar o modo como as fundações se vêm alinhando com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, assumindo-se como corresponsáveis pelo seu cumprimento. A título de exemplo, evoco a criação da SDG Philanthropy Platform (SDGPP 2.0), uma parceria criada entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a WINGS (uma rede global de filantropias que opera em mais de 55 países) e que visa, justamente, “alinhar o trabalho [das fundações] à estrutura das Nações Unidas” (SDG Philanthropy Platform, 2023).

Todavia, o *modo operandi* das fundações filantrópicas nem sempre é transparente, podendo mesmo não estar alinhado com as necessidades nacionais ou locais (Mundy, 2020), donde o conhecimento sobre a ação desses atores se torna socialmente relevante — desde logo, porque tais atores entram no espaço das políticas públicas, ou asseguram a provisão pública da educação, embora nem sempre sejam claras as suas responsabilidades no caso de insucessos ou consequências negativas (Avelar e Patil, 2020). Depois, porque a intensificação da participação de fundações filantrópicas vem sendo produzida num contexto em que a escola como instituição se apresenta como cada vez mais fragmentada, descentralizada e mercantilizada (Nóvoa e Alvim, 2020;

Torres, 2023). A coexistência, ou até mesmo a substituição, da intervenção estatal pela intervenção de outros atores não estatais pode bem tornar-se um dos poucos poderes centralizadores que unem o sistema escolar. Tendo a particularidade de se construírem fora do sistema educativo, e atendendo à sua capacidade de influência e suas flutuações, a ação desses atores pode desafiar a educação como um bem público (Gorur, 2020).

Esse contexto social tem favorecido a produção de vasta literatura, comprometida em compreender a atuação das fundações filantrópicas, nomeadamente no que se refere à sua capacidade em influenciar as políticas e práticas educativas. Um dos focos dessa literatura consiste no estudo das alterações dos modos tradicionais da atuação e da intervenção da filantropia, conforme se dará conta na seção seguinte.

AS ALTERAÇÕES DOS MODOS DE ATUAÇÃO E DE INTERVENÇÃO DA FILANTROPIA

A literatura acadêmica tem vindo a explorar várias facetas da filantropia, recorrendo a abordagens teóricas diversificadas e gerando diferentes entendimentos sobre o seu sentido (Sulek, 2010). Comummente, pensamos a filantropia como prática de doação voluntária destinada a produzir um benefício social. Em parte, essa concepção remonta ao período setecentista, durante o qual filantropia era concebida como virtude social, que via no “fazer bem ao outro um princípio ético” (Abreu, 2015, p. 7). Essa conceitualização tende, pois, a acentuar dimensões ontológicas, morais e vocacionais, mostrando-se particularmente adequada para a análise de ação de uma filantropia que podemos caracterizar como tradicional e caritativa.

Como consequência, muito da produção acadêmica sobre a filantropia vem sendo realizada em estudos históricos ou na área dos estudos do terceiro sector. A título de exemplo, do conjunto das 12 publicações em língua portuguesa mencionadas na Introdução, é possível evocar trabalhos que se centram ora em personagens singulares (Martins, 2013) ou em organizações emblemáticas que desempenharam papel relevante na criação e consolidação de um modelo de assistencialismo (Camara, 2017).

Contudo, ao longo do século XX, essa forma de ação privada tem vindo a revestir-se de diferentes características (Levy, 2016). Nesse processo, a filantropia passou a integrar a ideia de caridade para o desenvolvimento, por meio da qual, para além do financiamento, caberia à ação filantrópica o desenvolvimento de competências e saberes profissionais a serviço de um projeto social. De resto, foi com esse desígnio que grandes fundações filantrópicas norte-americanas assumiram importante papel nas políticas públicas de diversos setores, abrindo caminho para práticas de construção, capacitação e promoção de conhecimento (Reckhow e Snyder, 2014).

Nesse contexto, a filantropia passou a ser objeto de crescente interesse por parte dos estudos de ciência política e das políticas públicas. Em 2011, Harrow e Jung (2011), no artigo com o sugestivo título “*Philanthropy is Dead; Long Live Philanthropy?*” [A filantropia está morta; Viva a filantropia] apontavam o interesse pela filantropia como um fenómeno internacional devido a três fatores: a crescente popularidade da responsabilidade social corporativa; o interesse renovado no localismo como resposta a problemas demográficos e económicos cada vez mais complexos; o advento de novas formas de intervenção por parte das fundações filantrópicas.

Nos últimos anos, o termo “nova filantropia”, ou a “filantropia 3.0”, tem vindo a ser usado para descrever um processo contemporâneo de reconfiguração da ação filantropia e dos seus *modi operandi* (Ball e Olmedo, 2011). Já não se tratando de um processo necessariamente “novo” — reportado na literatura especializada há mais de dez anos —, mas permanecendo em contínuo reforço e expansão, destaco três características fundamentais dessa reconfiguração: maior foco nos resultados e no retorno financeiro; ativação de novas estratégias de atuação; e reimaginação no espaço educativo.

O FOCO NOS RESULTADOS E NO RETORNO FINANCEIRO

No início deste século, a filantropia baseada na prática de doação voluntária e caritativa foi sendo alvo de certo criticismo, atendendo a que: não estaria suficientemente envolvida na inovação social; a sua ação permanecia orientada para objetivos de curto ou médio prazo, carecendo de uma visão sustentável e de longo prazo; tendia a apresentar mecanismos de prestação de contas insuficientes (Wagner, 2002).

Bill Gates inaugurou o mote para uma nova filantropia na sua intervenção no Fórum Mundial de Davos em 2008, quando anunciou a sua saída da Microsoft para se dedicar à Fundação Bill & Melinda Gates. A propósito do trabalho que pretendia imprimir na sua fundação, utilizou a expressão “capitalismo criativo” para se referir à combinação da “*expertise* das empresas com as necessidades do mundo em desenvolvimento, para encontrar mercados que já estão lá, mas estão inexplorados” (Bill and Melinda Gates Foundation, 2018). Na mesma intervenção, Gates afirmava ainda que a concretização desse capitalismo criativo ocorreria por meio de um trabalho conjunto entre governos, empresas e organizações não governamentais “para ampliar o alcance das forças de mercado, para que mais pessoas possam lucrar ou obter reconhecimento, realizando um trabalho que atenua as desigualdades do mundo” (Bill and Melinda Gates Foundation, 2018). De resto, o cofundador da Venture Philanthropy Partners, organização criada em 2000 em Washington que congrega empresários de diversas áreas, já tinha defendido essa orientação ao afirmar:

“Se somos [apenas] doadores estamos mortos. Nós devemos centrar-nos em ajudar a tomar melhores decisões, encontrar recursos e desenvolver capacidades (...). Eu diria que é isso que fazem os melhores investidores (...). Eles ajudam a encontrar as pessoas certas, trazem novo capital e introduzem relações vitais. E é isso que nós também devemos fazer” (Venture Philanthropy Partners, 2004, p. 19).

De facto, e embora as fundações filantrópicas permaneçam empenhadas com o desenvolvimento social, são agora mais visíveis preocupações relacionadas com os resultados mensuráveis da sua ação. Mais, as intervenções da “nova filantropia” passaram a atribuir importância, para além do retorno social, ao retorno financeiro (Ball, 2020). Nesse processo, vão sendo importados princípios e práticas de gestão do setor privado lucrativo para a ação filantrópica, no que se foi designando por “*venture philanthropy*” ou filantrocapitalismo (Edwards, 2008), cuja natureza moralizadora pode ser resumida na expressão “fazer o bem e ter lucro também” (McGoey, 2012).

Simultaneamente, assistimos à coexistência ou progressiva substituição de financiamento direto ou doações pela criação, capacitação, formação e o desenvolvimento de competências, a consultoria, o empreendedorismo e a inovação (Ball e Olmedo, 2011), até o desenvolvimento de cursos e disciplinas sobre a “nova filantropia” no ensino superior (ver, por exemplo, Mecrow-Flynn e Sutton, 2019).

O foco nos resultados e no retorno financeiro da nova filantropia tem vindo a ser estudado como um lugar privilegiado para analisar as complexas relações entre o público e o privado em educação. Da produção académica em língua portuguesa referida na Introdução, podemos apontar estudos que enfocam o estabelecimento de pactos ou parcerias entre fundações filantrópicas e a administração educativa (Goes Ribeiro e Azevedo-Lopes, 2017; Adrião, Croso e Marin, 2022); estudos que dão conta de como as novas formas de intervenção da filantropia contribuem para a privatização da educação obrigatória (Adrião, 2018); estudos que se veem centrando sobre o modo como as filantropias têm contribuído para a importação das estratégias e técnicas do setor empresarial para a educação (Silva e Diniz, 2014), reportando algumas das suas consequências, nomeadamente em matéria de inclusão escolar (Freitas, 2018).

A ATIVAÇÃO DE NOVAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Para aumentar o seu espaço de intervenção e ampliar a sua capacidade de influenciar as políticas, as fundações filantrópicas têm vindo a adotar novas estratégias de atuação que, de resto, vêm sendo utilizadas há muito por outros atores não estatais. Essas estratégias incluem o *networking*, reunindo e coordenando outros atores individuais e coletivos em coalizações, buscando consensos para problemas que definem e para soluções que apresentam (ver, por exemplo, Sellar e Lingard, 2014; Fontdevila, Verger e Avelar, 2021; Viseu e Carvalho, 2021).

As atividades de *networking* envolvem, por exemplo, a convocação por parte das fundações privadas de atores de diferentes mundos sociais para reuniões, seminários e outros eventos, criando parcerias e promovendo redes. Por meio dessas atividades, são produzidos — ou é definido o apoio à produção — de documentos e relatórios para informar a agenda educativa e apoiar ou recomendar a decisão política; dados e análises estatísticas, métricas e indicadores de *performance* sobre diferentes atores e objetos (alunos, professores, gestores e escolas); boas práticas e metodologias, que se apresentam como inovadoras; ações de formação, capacitação e empreendedorismo (Viseu, 2022). Esses produtos são difundidos em diferentes suportes, incluindo a presença nos meios de comunicação social e com a disponibilização de plataformas digitais para consulta gratuita para uma gama ampla de utilizadores. Reportando-nos às publicações já disponíveis sobre a mobilização dessas estratégias no espaço lusófono, vale a pena mencionar estudos que se concentram em objetivos empíricos particulares, incidindo sobre programas e iniciativas de âmbito curricular ou de extensão escolar — por exemplo, sobre a educação física escolar (Novaes *et al.*, 2021) ou a escola a tempo inteiro (Cavaliere, 2014) — que ilustram a promoção e aplicação de soluções que advêm da ação de fundações filantrópicas.

A “REIMAGINAÇÃO DO ESPAÇO EDUCATIVO”

O processo de reconfiguração da filantropia tem sido analisado pelo seu contributo para a “reimaginação do espaço educativo”. Esse processo — que resulta do seu trabalho de *policy advocacy* e do seu foco nos resultados e no retorno financeiro — tem vindo a contribuir para a reconceitualização do espaço educativo como “um espaço de lucro”, com recurso a “novos métodos, novas linguagens e valores” (Ball, 2020, p. 22). De facto, esse foco tem implicado um alinhamento da ação filantrópica com a importação de ideias e técnicas da gestão para educação, valorizando os quase-mercados, a standardização, a avaliação e a prestação de contas, os testes internacionais de larga escala, o estreitamento do currículo; as competências e a adequação da educação ao mercado de trabalho (ver, por exemplo, Verger, Parcerisa e Fontdevila, 2019). Para além do mais, com as atividades de *networking*, as fundações filantrópicas têm vindo a contribuir para a criação de novas redes políticas, onde, excluindo uns e incluindo outros, esses atores (re)constroem os novos espaços em que as políticas são feitas (Ball, 2020). Mais recentemente, essas operações de reimaginação do espaço público de educação têm sido equacionadas atendendo ao empenhamento das fundações filantrópicas com soluções Ed-Tech, por meio das quais se apresentam soluções para uma nova topologia para a provisão educacional (Grimaldi e Ball, 2021) e que se apresentam como indispensáveis para responder às necessidades dos sistemas educativos.

As alterações dos modos de atuação e intervenção em curso por parte das fundações filantrópicas aqui identificadas adquirem um renovado interesse se tomadas como um analisador privilegiado para compreender as alterações dos modos de regulação da educação, conforme darei conta na seção seguinte.

A FILANTROPIA E OS MODOS DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Neste ponto argumento que as alterações dos modos de atuação e intervenção de fundações filantrópicas — assim como de outros atores não estatais — vêm ocorrendo no quadro de processos de alteração da regulação da educação que favorecem a sua afirmação e consolidação.

Por alterações aos modos de regulação da educação, refiro-me ao processo de reconfiguração do papel do Estado, que tem vindo a ser descrito e analisado com recurso a diferentes abordagens: a *digital-era governance* (Dunleavy *et al.*, 2006); a mudança do “governo para a governança” (Ozga, 2009); a emergência de modos de regulação pós-burocráticos (Maroy, 2012); a nova gestão pública (Verger e Normand, 2015; Oliveira, Duarte e Clementino, 2017); a neoburocracia (Barroso, 2018); o *post-New Public Management* (Reiter e Klenk, 2019); a hiperburocracia (Lima, 2021), apenas para mencionar alguns.

Acentuando aspetos diferenciados, essas abordagens têm em comum o reconhecimento de uma crise da autoridade do Estado baseada na autoridade e no estatuto legal. Como consequência, podemos apontar dois efeitos que marcam os modos de regulação da educação na atualidade. O primeiro é a centralidade da produção, recolha e divulgação de dados, evidências e do conhecimento para fundamentar e legitimar a ação pública; o segundo é o aumento da importância e influência de organizações internacionais e de outros atores não estatais nas políticas educativas nacionais (ver, por exemplo, Lingard, 2013).

A FILANTROPIA E A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos processos de alteração dos modos de regulação da educação, a orientação da ação baseada na regra, nas normas e em quadros centralizados de decisão coexiste com — ou é substituída progressivamente por — outros modos de coordenação da ação, tais como os *standards*, os indicadores de desempenho, os contratos, as boas práticas, os *rankings*, a avaliação e a prestação de contas (Barroso, 2005). Sendo esses instrumentos de regulação baseados em conhecimento, as tecnologias para recolha, difusão e comparação de dados e evidências têm vindo a adquirir uma centralidade crescente nos processos de decisão política. Nesse sentido, o conhecimento tem se tornado o próprio processo de governo da educação (Fenwick, Mangez e Ozga, 2014).

Descritos por Grek, Maroy e Verger (2020) como profundamente associados à *performance-based accountability*, (*test-based accountability systems* e a *performance-based accountability*), esses modos de orientação da ação são crescentemente suportados por poderosas plataformas informáticas, exigindo, por seu turno, a produção de mais dados, informação, e contribuindo assim para a ideia de que a regulação da educação é, cada vez mais, baseada em conhecimento. Mais recentemente, enfatizando a própria natureza das tecnologias digitais de recolher, produzir, colecionar e difundir dados e evidências, alguns atores falam de uma ascensão da governança digital da educação (*digital education governance*) (Williamson, 2016), mostrando como essas tecnologias têm vindo a contribuir para o “governo pelos números” (Grek, 2009) e para a difusão de uma agenda educativa centrada na prestação de contas, na comparação e na performatividade.

Ora, a intensificação dos processos de produção e disseminação de conhecimento como modos de orientação da ação tem como consequência, entre outras, a ampliação da oportunidade para a participação de novos atores nos processos políticos. O caso mais estudado nas últimas décadas e que melhor exemplifica esse fenómeno diz respeito à intervenção da OCDE por meio da fabricação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes — PISA (ver, por exemplo, Carvalho, 2009; Oliveira e Carvalho, 2020).

De facto, uma característica comum dos novos atores não estatais que vem intervindo na ação pública, e “um traço distintivo na sua ação”, consiste no seu “comprometimento em apoiar, gerir, produzir e disseminar dados, criando novas relações políticas e usando o conhecimento para legitimar a sua intervenção na esfera pública” (Ozga, 2009, p. 150). Efetivamente, nas suas ações de geração de informação, publicação e convocação, esses novos atores suportam e legitimam a sua intervenção no espaço público de educação, construindo problemas e apresentando soluções visando as escolas e o Estado e, enfim, introduzindo novos discursos sobre o governo da educação (Carvalho, Viseu e Gonçalves, 2019).

A FILANTROPIA E A CRIAÇÃO DE NOVAS REDES POLÍTICAS

Uma das características que marca a governança da educação contemporânea consiste na participação de novos atores nas políticas educativas, que se situam em diferentes escalas de intervenção. O conceito de governança em rede (*networked governance*) tem sido utilizado para dar conta do modo como as políticas educativas são cada vez mais criadas para além de fronteiras nacionais e da administração educativa, incluindo as organizações internacionais, regionais e outros e “novos atores políticos, incluindo os *edu-businesses*, os consultores e os filantropos, situados em diferentes temporalidades espaciais” (Lingard, 2021, p. 7).

Como consequência, o estudo da intervenção de novos atores tem implicado a ampliação dos lugares e dos espaços em que ocorre a política, bem como a ruptura com visões hierárquicas e lineares sobre os processos de tomada de decisão, o que, consequentemente, reforça a conceitualização da regulação como cada vez mais intermediada. Como afirma Ball (2008), assistimos à transição do “governo” para uma governança policêntrica, pela criação de novas formas de governança ou de metagovernança, combinando hierarquias e quase-mercados, ligações verticais e horizontais de cooperação ou de competição entre diversos atores que participam no processo político.

Dispomos já de uma literatura em que as fundações filantrópicas são considerados participantes, fazedores e importantes nós de novas redes políticas e de como se têm vindo a tornar atores-chave nas políticas educativas, atuando como “*policy actors*” ou “*state-makers*” (ver, por exemplo, Ball e Exley, 2010). A crescente visibilidade e influência desses atores tanto resulta da sua convocação por parte do Estado, sobretudo em contextos em que a ação estatal é menos presente, nomeadamente por motivos históricos e um passado colonialista, como é resultado do seu trabalho de *policy advocacy* em múltiplos fóruns e arenas transnacionais e nacionais (Orenstein, 2005, p. 177). Usando o *networking* e a convocação de atores de diferentes mundos sociais nessas redes de política, esses atores contribuem para definir problemas e propor soluções, reforçando a sua influência e as ligações entre atores já estabelecidos na arena educativa, entre os quais decisores políticos, a academia e as empresas (Olmedo e Grau, 2013).

A esse propósito, vale a pena referir trabalhos que incidem sobre o modo de operação das fundações filantrópicas em língua portuguesa e, reportando ao Brasil, procurando a criação de consensos e coalizões alargadas (Martins e Krawczyk, 2018) que permitem para consolidar as suas agendas (Tarlau e Moeller, 2020) e, enfim, alargar os seus negócios (Farias, 2023).

Em síntese, a emergência e consolidação da intervenção da filantropia em educação vem sucedendo num contexto de reconfiguração dos modos tradicionais de regulação que favorecem a intervenção de atores não estatais na esfera pública de educação, privilegiando o conhecimento como fonte de legitimação da intervenção. Simultaneamente, vale a pena notar que esse contexto também é reforçado pelas características da nova filantropia, assistindo-se a certo isomorfismo entre a atuação dos Estados e da nova filantropia. É nesse sentido que Olmedo (2014) propõe conceito de “governança filantrópica”, para enfatizar não só a participação das fundações filantrópicas nos processos de decisão política como a reorientação dos governos e da administração educativa para convergir com as propostas da filantropia.

NOTAS FINAIS

Sinalizando a intervenção da filantropia em educação como fenómeno global, e presente na CPLP, este artigo apresentou fundamentos que justificam o seu interesse para a agenda científica da educação e a sua difusão em língua portuguesa. Animou este artigo o argumento que o estudo da filantropia em educação é um bom analisador das alterações da regulação da educação, cujos contributos se podem sintetizar do seguinte modo: como resultado da erosão da intervenção estatal com base na autoridade legal, novos atores não estatais — entre os quais as fundações filantrópicas —

são chamados (e se convocam) para participar na ação pública, recorrendo ao conhecimento como fonte de influência. Essas intervenções resultam na coexistência — ou substituição — do Estado e da sua administração por outros atores não estatais na regulação da educação. Ativando novas estratégias de atuação, são produzidas novas redes de interdependência, nas quais são produzidos e circulam discursos sobre o governo da educação e as fundações filantrópicas se apresentam como inestimáveis para a provisão educativa.

Sobre esse argumento, gostaria de deixar duas notas reflexivas.

Em primeiro lugar, importa sublinhar que o interesse por uma agenda sobre a filantropia na regulação da educação decorre do processo de reconfiguração da sua ação tradicional. Ao longo do texto foram assinalados trabalhos já disponíveis em língua portuguesa, que enfocam as várias dimensões e ângulos de análise desse processo para estudar: a participação de atores não estatais na ação pública de educação, a privatização da educação e a criação de novas redes políticas; a ativação de novas formas de advocacia para influenciar o curso das políticas educativas; e o reforço do apelo à introdução de orientações e práticas de gestão do setor privado na educação. Ora, esse processo de reconfiguração ocorre no quadro de um movimento de reforma global de educação (GERM) que vem circulando à escala mundial nas últimas décadas (Sahlberg, 2016) e, simultaneamente, reforça e intensifica a sua difusão. É por isso que a ação filantrópica não se pode conceitualizar como atividade de beneficência ou mecanismo de financiamento; ela constitui uma forma de poder, que interage com a economia, o mercado e os governos (Reich, Cordelli e Bernholz, 2016).

Do mesmo modo, o recurso ao conhecimento como fonte de influência descrito não deve ser tomado como neutro. De facto, usando as palavras de Barroso e Afonso (2011), se a fabricação da política é cada vez mais intensa no recurso ao conhecimento, não significa que as políticas sejam baseadas em evidências, “mas sim que os atores mobilizam (...) mais o registo do conhecimento que o da moralidade” (Barroso e Afonso, 2011, p. 19). Assim, o estudo da ação desses atores — que vai para além da ação regulatória tradicional — é um bom lugar para observar como a mobilização do conhecimento para a decisão permanece “eminentemente política e fortemente condicionada por interesses e lógicas de poder” (Barroso e Afonso, 2011, p. 19).

Em segundo lugar, o estudo da entrada em cena e da intensificação de novos atores no espaço público de educação converge com a conceitualização das políticas como policêntricas. De facto, a presença de novos atores, localizados em múltiplas escalas, reforça a ideia de que as políticas educativas não se esgotam no Estado e na sua administração, ou mesmo no interior da gestão e organização escolar. Por isso, o estudo sobre a participação desses atores na ação pública da educação constitui um espaço privilegiado para observar fenômenos de multirregulação ou, mais precisamente, como se opera a transversalidade das regulações (Barroso, 2018), dando conta de como cada vez mais as políticas educativas são o resultado das relações de interdependência de múltiplos atores, situados em diferentes escalas.

Para finalizar, gostaria de introduzir duas notas complementares que podem ser interessantes em atender a futuras investigações.

A primeira nota reporta à natureza porosa da categoria sócio-organizacional da “nova filantropia”. Os trabalhos evocados na Introdução deste artigo têm dado conta da diversidade de contextos, intervenções e atores chamados a intervir pela e na nova filantropia. Esse dado é evidência da natureza não monolítica da filantropia e das suas intervenções: elas atuam em diversos níveis do sistema (nacional e local), apresentando ligações internacionais; envolvem parcerias e ligações com outros atores individuais e coletivos, incluindo atores estatais, que circulam em diversos fóruns e arenas de intervenção (por exemplo, da academia para a administração educativa ou de certas elites político-administrativas para as fundações filantrópicas). A natureza intermediada da sua atuação resulta em certa hibridez sócio-organizacional das fundações filantrópicas. Por isso

esses atores correspondem por vezes a “configurações nublosas de novos e velhos atores com responsabilidades ambíguas e margens de ação difusas” (Olmedo e Grau, 2013, p. 492). Assim, justifica-se um entendimento alargado sobre a natureza da filantropia, cujos recortes empíricos possam estar atentos às seguintes características: intencionalidade da sua intervenção na ação pública em educação; recursos acionados para conferir legitimidade à sua intervenção; suas relações de interdependência com outros atores; o retorno esperado, de natureza social, financeira ou simbólica, particularmente sobre os imaginários que transportam sobre o que é a educação e como deve ser governada.

A segunda nota diz respeito à necessidade de alargar e aprofundar o conhecimento sobre os efeitos dessas intervenções, nomeadamente ao nível das escolas (incluindo professores e alunos), tópico sobre o qual ainda temos poucos trabalhos no espaço da CPLP. Considerando o espaço geograficamente descontínuo em que nos situamos, a diversidade de indicadores relativos aos índices de desenvolvimento humano na CPLP (Banco de Portugal, 2018) merecem certamente um olhar atento ao mosaico das intervenções das fundações filantrópicas.

De igual modo, importa atender à promulgação de novas e mais complexas formas de regulação da educação, mormente da governança digital da educação, e que resultam da intervenção combinada de atores não estatais com a EdTech. Mais precisamente, o foco será centrado em atores que, na sequência da crise pandêmica, conduziram iniciativas para assegurar a provisão educativa remota que lhes permitiram permanecer ou reforçar a sua presença em espaços de educação formal e informal na atualidade (Saura, 2020). Esse interesse justifica-se pela constatação de que a aliança entre atores não estatais e a EdTech exerce uma potencial capacidade de influência que vai muito além do que a própria OCDE terá imaginado: o modo opera nos sistemas educativos, sem constrangimentos de fronteiras nacionais ou regionais, trabalhando diretamente com as escolas, municípios e famílias, visando a rotinas pedagógicas e escolares em larga escala, potencializa a formulação de políticas por procuração (Williamson, Eynon e Potter, 2020).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Laurinda. Prefácio. In: SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otavio; FREIRE, Maria Martha de Luna; BARRETO, Maria Renilda Nery; PIMENTA, Salgado Pimenta. **Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 7-12.
- ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018.
- ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; CROSO, Camila; MARIN, Thaís. Como os filantropocapitalistas influenciam as decisões sobre a educação pública no Brasil: os “Pactos” dos estados de São Paulo, Pará e Pernambuco. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, p. 1-21, 2022.
- AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, v. 64, p. 65-73, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>
- AVELAR, Marina; PATIL, Lara. New philanthropy and the disruption of global education. In: AVELAR, Marina; PATIL, Lara (org.). **New philanthropy and the disruption of global education**. Geneva: NORRAG, 2020. p. 9-13.
- BALL, Stephen J. New philanthropy, new networks and new governance in education. **Political Studies**, v. 56, n. 4, p. 747-765, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2008.00722.x>

BALL, Stephen J. Philanthropy and the changing typology of global education the economization of the moral. In: AVELAR, Marina; PATIL, Lara (org.). **New philanthropy and the disruption of global education**. Geneva: NORRAG, 2020. p. 20-24.

BALL, Stephen J.; EXLEY, Sonia. Making policy with 'good ideas': Policy networks and the 'intellectuals' of New Labour. **Journal of Education Policy**, v. 25, n. 2, p. 151-169, 2010. <https://doi.org/10.1080/02680930903486125>

BALL, Stephen J.; JUNEMANN, Carolina; SANTORI, Diego. **Edu. net: globalisation and education policy mobility**. Abingdon, New York: Taylor & Francis, 2017.

BALL, Stephen J.; OLMEDO, Antonio. Global social capitalism: using enterprise to solve the problems of the world. **Citizenship, Social and Economics Education**, v. 10, n. 2-3, p. 83-90, 2011. <https://doi.org/10.2304/csee.2011.10.2.83>

BANCO DE PORTUGAL. **Indicadores socioeconómicos dos países de língua portuguesa**. 2018. Disponível em: https://www.bcplp.org/sites/default/files/2018-10/PT_CardinalLusofonia-7_2018_web.pdf Acesso em: 16 mar. 2023.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 725-751, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300002>

BARROSO, João. A transversalidade das regulações em educação: modelo de análise para o estudo das políticas educativas em Portugal. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 1075-1097, 2018. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018214219>

BARROSO, João; AFONSO, Natércio (org.). **Políticas Educativas: mobilização de conhecimentos e modos de regulação**. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2011.

BILL AND MELINDA GATES FOUNDATION (2008). **Bill Gates - 2008 World Economic Forum - Creative Capitalism**. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/media-center/speeches/2008/01/bill-gates-2008-world-economic-forum>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRITO, Manuel. **Responsabilidade social corporativa: o caso das empresas em Timor-Leste**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Empresariais) – Universidade do Minho, Braga, 2017.

CAMARA, Sônia. As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). **História da Educação**, v. 21, n. 53, p. 199-218, 2017. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/66363>

CARVALHO, Luís Miguel. Governando a educação pelo espelho do perito: uma análise do PISA como instrumento de regulação. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 109, p. 1009-1036, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400005>

CARVALHO, Luís Miguel, VISEU, Sofia; GONÇALVES, Catarina. Bridging worlds and spreading light? Intermediary actors and the translation of expert knowledge into knowledge for policy. In: ELDE MØLSTAD, Christina; PETTERSSON, Daniel (eds.). **New practices of comparison, quantification and expertise**. New York: Routledge, 2019. p. 111-126.

CAVALIERE, Ana Maria. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de Estado? **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1205-1222, 2014. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014142967>

DUNLEAVY, Patrick; MARGETTS, Helen; BASTOW, Simon; TINKLER, Jane. New public management is dead—long live digital-era governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 16 n. 3, p. 467-494, 2006. <https://doi.org/10.1093/jopart/mui057>

EDWARDS JR., D. Brent; MOSCHETTI, Mauro C. A. New, old wave: global education policies, new philanthropy, and ‘disruption’ through ‘innovation’. In: AVELAR, Marina; PATIL, Lara (org.). **New philanthropy and the disruption of global education**. Geneva: NORRAG, 2020. p. 40-43.

EDWARDS, Michael. ‘Philanthrocapitalism’ and its limits. **International Journal of Not-for-Profit Law**, v. 10, n. 2, p. 22-29, 2008.

FARIAS, Adriana Medeiros. O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios na “seleção pública” de pessoas para a gestão educacional do Estado do Paraná. **Práxis Educativa**, v. 13, n. 2, p. 1-27, 2023. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.20670.002>

FENWICK, Tara; MANGEZ, Eric; OZGA, Jenny (orgs.). **World yearbook of education 2014**. Governing knowledge: comparison, knowledge-based technologies and expertise in the regulation of education. London: Routledge, 2014.

FERRETI, Michelle; BARROS, Marina. **Censo GIFE 2018**. São Paulo: GIFE, 2019.

FONTDEVILA, Clara; VERGER, Antoni; AVELAR, Marina. The business of policy: a review of the corporate sector’s emerging strategies in the promotion of education reform. **Critical Studies in Education**, v. 62, n. 2, p. 131-146, 2021. <https://doi.org/10.1080/17508487.2019.1573749>

FREITAS, Marcos Cezar de. Mercadores de eficiências e resultados: alta performance contra a escola pública e seu esforço para inclusão de crianças com deficiências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230074, p. 1-24, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230074>

GOES RIBEIRO, William de; AZEVEDO-LOPES, Ronnielle de. Conhecimento-investimento e currículo meritocrático: a projeção utópica liberal da “cultura de excelência” à política curricular no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 659-677, 2017. ISSN: 1645-1384

GORUR, Radhika. Global governance: everybody’s business?. In: AVELAR, Marina; PATIL, Lara (org.). **New philanthropy and the disruption of global education**. Geneva: NORRAG, 2020. p. 25-31.

GREK, Sotiria. Governing by numbers: The PISA ‘effect’ in Europe. **Journal of Education Policy**, v. 24, n. 1, p. 23-37, 2009. <https://doi.org/10.1080/02680930802412669>

GREK, Sotiria; MAROY, Christian; VERGER, Antoni (orgs.). **World yearbook of education 2021**. Accountability and datafication in the governance of education. London: Routledge, 2020.

GRIMALDI, Emiliano; BALL, Stephen J. The blended learner: digitalisation and regulated freedom – neoliberalism in the classroom. **Journal of Education Policy**, v. 36, n. 3, p. 393-416, 2021. <https://doi.org/10.1080/02680939.2019.1704066>

HARROW, Jenny; JUNG, Tobias. Philanthropy is dead; long live philanthropy? **Public Management Review**, v. 13, n. 8, p. 1047-1056, 2011. <https://doi.org/10.1080/14719037.2011.619062>

LEVY, Jonathan. Altruism and the Origins of Nonprofit Philanthropy. In: REICH, Rob; CORDELLI, Chiara; BERNHOLZ, Lucy (eds.). **Philanthropy in democratic societies**: History, institutions, values. Chicago: University of Chicago Press, 2016. p. 19-43.

- LIMA, Licínio C. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. **Educação & Sociedade**, v. 42, e249276, p. 1-16, 2021. <https://doi.org/10.1590/ES.249276>
- LINGARD, Bob. The impact of research on education policy in an era of evidence-based policy. **Critical Studies in Education**, v. 54, n. 2, p. 113-131, 2013. <https://doi.org/10.1080/17508487.2013.781515>
- LINGARD, Bob. Multiple temporalities in critical policy sociology in education. **Critical Studies in Education**, v. 62, n. 3, p. 338-353, 2021. <https://doi.org/10.1080/17508487.2021.1895856>
- MAROY, Christian. Towards post-bureaucratic modes of governance: a European perspective. In: STEINER-KHAMSI, Gita; WALDOW, Florian (eds.). **World yearbook of education 2012**. Policy borrowing and lending in education. London & New York: Routledge, 2012. p. 62-79.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Uma historiadora militante: Maria Lúcia Mott 1948-2011. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 150, p. 1042-1053, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000300016>
- MARTINS, Erika Moreira; KRAWCZYK, Nora Rut. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento ‘Todos Pela Educação’. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018. <https://doi.org/10.21814/rpe.12674>
- MARTINS, Moisés Adão de Lemos; MACEDO, Isabel Moreira. Da semi-periferia da língua portuguesa à comunicação da ciência em português. Nota introdutória. In: MARTINS, Moisés Adão de Lemos; MACEDO, Isabel Moreira (eds.). **Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono**. Ribeirão: Húmus, 2019. p. 9-16.
- MCGOEY, Linsey. Philanthrocapitalism and its critics. **Poetics**, v. 40, n. 2, p. 185-199, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2012.02.006>
- MECROW-FLYNN, K.; SUTTON, N. **Philanthropy education is changing**: the rise of ‘micro experiential philanthropy’. Disponível em <https://www.hollows.org/au/blog/philanthropy-education-is-changing-the-rise-of-%E2%80%98micro-experiential-philanthropy>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- MOYO, Bhengkosi; QOBO, Mzukisi; NGWENYA, Nomfundo Xenia. Introduction: African philanthropic responses in times of crisis. In: MOYO, Bhengkosi; QOBO, Mzukisi; NGWENYA, Nomfundo Xenia (eds.). **African Philanthropy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023. p. 1-6.
- MUNDY, Karen. Education philanthropy and the possibility of public good. In: AVELAR, Marina; PATIL, Lara (org.). **New philanthropy and the disruption of global education**. Geneva: NORRAG, 2020. p.16-19.
- MURISA, Tendai. **The 2022 Global Philanthropy Environment Index Region Report: Sub-Saharan Africa. Global philanthropy environment index**. [S.l.]: Indiana University, 2022. Disponível em: <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/27917/2022GPEISub-SaharanAfrica.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.
- NOVAES, Renato; SOARES, Antonio Jorge; ADRIÃO, Theresa; TELLES, Silvio. Educação física escolar e filantrocapitalismo: o “Impulsiona” e a privatização de uma narrativa curricular. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 3, p. 1374-1404, 2021.
- NÓVOA, António; ALVIM, Yara. Nothing is new, but everything has changed: A viewpoint on the future school. **Prospects (Paris)**, v. 49, n. 1-2, p. 35-41, 2020. <https://doi.org/10.1007/s11125-020-09487-w>

NÓVOA, Antonio; Ó, Jorge Ramos do. Educação. In: BARRETO, António (org.). **Fundação Calouste Gulbenkian: cinquenta anos 1956-2006**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p. 7-98.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **Private Philanthropy for Development – Second Edition: Data for Action, The Development Dimension**. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/private-philanthropy-for-development-second-edition_cdf37f1e-en.html. Acesso em: 16 mar. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; CARVALHO, Luís Miguel. Performance-based accountability in Brazil: Trends of diversification and integration. In: GREK, Sotiria; MAROY, Christian; VERGER, Antoni (orgs.). **World Yearbook of Education 2021**. London: Routledge, 2020. p. 179-195.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Alexandre William Barbosa; CLEMENTINO, Ana Maria. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos (as) diretores (as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 3, p. 707-726, 2017. <https://doi.org/10.21573/vol33n32017.79303>

OLMEDO, Antonio. From England with love... ARK, heterarchies and global 'philanthropic governance'. **Journal of Education Policy**, v. 29, n. 5, p. 575-597, 2014. <https://doi.org/10.1080/02680939.2013.859302>

OLMEDO, Antonio; GRAU, Eduardo Santa Cruz. Neoliberalism, policy advocacy networks and think tanks in the Spanish educational arena: The case of FAES. **Education Inquiry**, v. 4, n. 3, 22618, 2013. <https://doi.org/10.3402/edui.v4i3.22618>

ORENSTEIN, Mitchell A. The new pension reform as global policy. **Global Social Policy**, v. 5, n. 2, p. 175-202, 2005. <https://doi.org/10.1177/1468018105053678>

OZGA, Jennifer. Governing education through data in England: From regulation to self-evaluation. **Journal of Education Policy**, v. 24, n. 2, p. 149-162, 2009. <https://doi.org/10.1080/02680930902733121>

RECKHOW, Sarah; SNYDER, Jeffrey W. The expanding role of philanthropy in education politics. **Educational Researcher**, v. 43, n. 4, p. 186-195, 2014. <https://doi.org/10.3102/0013189X14536607>

REICH, Rob; CORDELLI, Chiara; BERNHOLZ, Lucy (eds.). **Philanthropy in democratic societies: history, institutions, values**. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

REITER, Renate; KLENK, Tanja. The manifold meanings of 'post-New Public Management'—a systematic literature review. **International Review of Administrative Sciences**, v. 85, n. 1, p. 11-27, 2019. <https://doi.org/10.1177/0020852318759736>

SAHLBERG, Pasi. The global educational reform movement and its impact on schooling. In: MUNDY, Karen; GREEN, Andy; LINGARD, Bob; VERGER, Antoni (eds.). **The handbook of global education policy**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2016. p. 128-144. <https://doi.org/10.1002/9781118468005.ch7>

SAURA, Geo. Digital philanthrocapitalism in education: Covid-19, UNESCO, Google, Facebook, and Microsoft. **Teknokultura: Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales**, v. 17, n. 2, p. 159-168, 2020. <https://doi.org/10.5209/tekn.69547>

SDG Philanthropy Platform. **SDG Philanthropy Platform**. Disponível em <https://www.sdgphilanthropy.org/home>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SELLAR, Sam; LINGARD, Bob. The OECD and the expansion of PISA: New global modes of governance in education. **British Educational Research Journal**, v. 40, n. 6, p. 917-936, 2014. <https://doi.org/10.1002/berj.3120>

SILVA, Maria Vieira; DINIZ, Paulo Vinícius Lamana. Enredamentos históricos da participação da esfera privada na questão social e no setor educacional. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 126, p. 43-59, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000100003>

SILVA, Rui da; OLIVEIRA, Joana. Global education policy in African fragile and conflict-affected states: examining the Global Partnership for Education. **Globalisation, Societies and Education**, v. 20, n. 4, p. 508-522, 2022. <https://doi.org/10.1080/14767724.2021.1947201>

SULEK, Marty. On the modern meaning of philanthropy. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 39, n. 2, p. 193-212, 2010. <https://doi.org/10.1177/0899764009333052>

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020. <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>

TORRES, Leonor L. Novas temporalidades educacionais na construção da cultura da organização escolar. **Educação & Sociedade**, v. 44, e260427, p. 1- 20, 2023. <https://doi.org/10.1590/ES.260427>

VENTURE PHILANTHROPY PARTNERS. **High-engagement philanthropy**: a bridge to a more effective social sector perspectives from nonprofit leaders and high-engagement philanthropists. venture philanthropy partners. Disponível em: <https://search.issuelab-dev.org/resources/16055/16055.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2018.

VERGER, Antoni; NORMAND, Romuald. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 132, p. 599-622, 2015. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015152799>

VERGER, Antoni; PARCERISA, Lluís; FONTDEVILA, Clara. The growth and spread of large-scale assessments and test-based accountabilities: A political sociology of global education reforms. **Educational Review**, v. 71, n. 1, p. 5-30, 2019. <https://doi.org/10.1080/00131911.2019.1522045>

WISEU, Sofia. New philanthropy and policy networks in global education governance: the case of OECD's netFWD. **International Journal of Educational Research**, v. 114, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2022.102001>

WISEU, Sofia; CARVALHO, Luís Miguel. Think tanks, policy networks and education governance: the rising of new intra-national spaces of policy in Portugal. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, n. 108, 2018. <https://doi.org/10.14507/epaa.26.3664>

WISEU, Sofia; CARVALHO, Luís Miguel. Policy networks, philanthropy, and education governance in Portugal: the raise of intermediary actors. **Foro de Educación**, v. 19, n. 1, p. 81-104, 2021. <https://doi.org/10.14516/fde.818>

WAGNER, Lilya. The 'new' donor: creation or evolution? **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, v. 7, n. 4, p. 343-352, 2022. <https://doi.org/10.1002/nvsm.191>

WILLIAMSON, Ben. Digital education governance: an introduction. **European Educational Research Journal**, v. 15 n. 1, p. 3-13, 2016. <https://doi.org/10.1177/1474904115616630>

WILLIAMSON, Ben; EYNON, Rebecca; POTTER, John. Pandemic politics, pedagogies and practices: digital technologies and distance education during the coronavirus emergency. **Learning, Media and Technology**, v. 45, n. 2, p. 107-114, 2020. <https://doi.org/10.1080/17439884.2020.1761641>

ZAKHARIA, Zeena; MENASHY, Francine. Private participation in the education of Syrian refugees: understanding the roles of businesses and foundations. In: STEINER-KHAMSI, Gita; DRAXLER, Alexandra. **The state, business and education**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018. p. 52-67. <https://doi.org/10.4337/9781788970334.00009>

Como citar este artigo: VISEU, Sofia. Contributos para uma agenda de investigação sobre a filantropia na regulação da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300045, 2025. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300045>

Conflitos de interesse: A autora declara que não possui nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Financiamento: Este trabalho foi apoiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da UIDEF - Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação, UIDB/04107/2020, <https://doi.org/10.54499/UIDB/04107/2020>.

SOBRE A AUTORA

SOFIA VISEU é doutora em educação pela Universidade de Lisboa (Portugal). Professora do Instituto de Educação da mesma instituição.

Recebido em 20 de junho de 2023

Aprovado em 4 de abril de 2024